

El Periplo Sustentable

Universidad Autónoma del
Estado de México

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

ISSN: 1870-9036

Publicación Semestral

Número: 41

Julio / Diciembre 2021

Artículo**Título**

Territórios no contexto da Festa do Divino Pai Eterno: um estudo realizado no município de Trindade/GO/Brasil

Autores:

Lorrana Laila Silva de Almeida
Alessandro Gomes Enoque

Fecha Recepción:

19/06/2020

Fecha Reenvío:

31/08/2020

Fecha Aceptación:

11/03/2021

Páginas:

337 - 378

Territórios no contexto da Festa do Divino Pai Eterno: um estudo realizado no município de Trindade/GO/Brasil**Territorios en el contexto de la Fiesta del Divino Padre Eterno: un estudio realizado en el municipio de Trindade/GO/Brasil****Resumo**

As possibilidades dos estudos acerca de territórios, especialmente em contextos festivos religiosos, possibilitam a análise de festas enquanto espaços de produção de disputas e conflitos territoriais. Nesse aspecto, o contexto festivo religioso de análise reflete as relações geradas entre os indivíduos e, principalmente, as relações estabelecidas entre comunidades entendidas como agentes políticos que detêm certa identidade, controle e domínio sobre o território. A partir do exposto, este trabalho consistiu em analisar como se configura o território no contexto da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade-GO, a partir das relações estabelecidas entre comerciantes, moradores, poder público e peregrinos. O estudo foi realizado a partir de entrevistas estruturadas, analisadas por meio da técnica análise de conteúdo. Como resultados, o contexto festivo possibilitou identificar a existência de territórios que são formados a partir da realização da festa, bem como os conflitos territoriais entre os diversos grupos que fazem parte da manifestação religiosa.

Palavras-chave:

território, festas populares, festas religiosas.

Abstract

Las posibilidades de estudios sobre territorios, especialmente en contextos festivos religiosos, permiten el análisis de las partes como espacios para la producción de disputas y conflictos territoriales. En este sentido, el contexto de análisis festivo religioso refleja las relaciones generadas entre los individuos y, principalmente, las relaciones establecidas entre comunidades entendidas como agentes políticos que tienen una cierta identidad, control y dominio sobre el territorio. Con base en lo anterior, este trabajo consistió en analizar cómo se configura el territorio en el contexto de la Fiesta del Divino Padre Eterno en Trindade-GO, de acuerdo con las relaciones establecidas entre comerciantes, residentes, autoridades públicas y peregrinos. El estudio se realizó con base en las entrevistas estructuradas, analizadas utilizando la técnica de análisis de contenido. Como resultado, el contexto festivo permitió identificar la existencia de territorios que se forman a partir de la celebración, así como los conflictos territoriales entre los diversos grupos que forman parte de la manifestación religiosa.

Keywords:

territorio, fiestas populares, fiestas religiosas.

Dos AUTORES

Lorrana Laila Silva de Almeida

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia (PPGEP/FACIP/UFU), Brasil, com atuação na linha de pesquisa Produção do espaço rural e urbano.

ORCID

<https://orcid.org/0000-0003-3462-7445>

Alessandro Gomes Enoque

Pós-Doutor em Sciences Humaines. Professor Adjunto do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP/PONTAL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil.

alessandroenoque@ufu.br

Introdução

As festas religiosas são consideradas expressivas para o desenvolvimento de estudos que buscam descrever e investigar as amplas significações que estão presentes nessas manifestações culturais (Silva & D'Abadia, 2014). Com destaque para as festas religiosas católicas, compreender como acontecem essas festividades, o que as caracterizam e suas acepções enquanto elemento de tradição, leva a uma reflexão da relação entre espaço e religião, a partir de uma abordagem organizacional que possibilita identificar a amplitude desta temática, por meio da investigação de suas características e análise.

De forma complementar, a abordagem religiosa suscita reflexões sobre as vivências dos indivíduos na constituição dos espaços, os quais possuem duas dimensões fundamentais de interpretação: o espaço enquanto sagrado e/ou profano (Rosendahl, 2012; Corrêa & Alves, 2016). Dessa forma, estudos que envolvem festas religiosas têm assumido grande destaque em investigações organizacionais e, de forma peculiar, a abordagem do território, nesse escopo de análise, torna-se relevante objeto de investigação e compreensão.

Considerado como uma categoria de análise de ampla relevância, o território apresenta, ao longo do tempo, diversas abordagens que buscam aclarar a concepção, trazendo vários entendimentos e instigando pesquisadores à redefinição de conceitos, resultando na valorização de múltiplos aspectos para a interpretação de fenômenos contemporâneos. Nessa conjuntura, as relações sociais do cotidiano do homem e as investigações que aprofundam nos elementos relacionados ao domínio, controle e poder, têm assumido forte representatividade nos estudos organizacionais, uma vez que instiga questionamentos em como os territórios são produzidos a partir das relações sociais que se estabelecem no espaço (Flores, 2006; Rocha, 2008; Melo, 2010; Ferreira, 2014; Fuini & Melo, 2017; Sturmer & Costa, 2017).

De forma complementar, as possibilidades dos estudos acerca de territórios, especialmente em contextos festivos religiosos, contribuem para a exploração do conceito, considerando que as festas podem ser analisadas não apenas com o enfoque de exploração dos espaços e tempos de celebrações, mas,



também, como um espaço de produção de disputas e conflitos territoriais (Sanfilippo, 2018; Lima Filho, Cardoso & Alencar, 2018). Em adição, o contexto festivo religioso de análise reflete as relações geradas entre os indivíduos e, principalmente, as relações estabelecidas entre comunidades entendidas como agentes políticos que detêm certa identidade, controle e domínio sobre o território.

A partir do exposto, o trabalho apresenta, como sua principal temática, a abordagem do território no âmbito da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade (Goiás/Brasil). Considerada como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Festa do Divino Pai Eterno é a segunda maior festa religiosa do país, recebendo, ano a ano, cerca de 3 milhões de romeiros durante os dez dias de realização, caracterizando-a como um evento de ampla dimensão, com significativa relevância de investigação. Nesse sentido, o evento consiste em um fenômeno religioso tradicional que transcende gerações, conquistando reconhecimento no Brasil e, também, no exterior. Essa festividade possui, aproximadamente, 180 anos de existência e contém, como principal figura de representação e devoção, a reverência ao Divino Pai Eterno. O principal local de realização das festividades religiosas é o estacionamento do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, onde são recebidos um grande número de fiéis e turistas (figura 1), em especial no período festivo, compreendido entre o final do mês de junho e início do mês de julho de cada ano.

Esse evento anual representa uma fonte de economia criativa, uma vez que mobiliza cerca de R\$ 54 milhões por ano, contribuindo de forma significativa com a economia local e regional. Como destaca Calácio (2014), “(...) os romeiros investem em artigos religiosos e em hospedagem, e os moradores se inscrevem para vender em barracas da faixa de domínio e fazem das suas casas pousadas para receber os mais de três milhões de devotos.”, ou seja, a realização da festa contribui com a economia do município, ao passo que o comércio é impulsionado pelas necessidades de romeiros e visitantes, fomentando, principalmente, o turismo religioso (Jornal Hora Extra, 2020; Rede TV Entretenimento, 2019; Record TV Goiás, 2017; TV Brasil Central, 2015; Calácio, 2014). Adicionalmente, a procura por hotéis em período festivo retrata um aumento de até 70%, impactando setores como o alimentício, o comércio de produtos religiosos, bem como serviços diversos (Agência de Notícias Primeira Hora, 2018; Record TV Goiás, 2017). De forma complementar, de acordo com pesquisa realizada pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), no ano de 2018, cada visitante gastou,



em média, R\$33,00 na festa em Trindade, e para o ano de 2019, a expectativa era de que esse gasto seria em torno de R\$50,00. Em entrevista concedida ao Jornal TJ da Emissora PUCTV Goiás, o Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Trabalho do município de Trindade, Alexandre César, destacou que a presença de turistas faz com que a economia local seja impactada pelas atividades financeiras realizadas, considerando que os serviços oferecidos como hotéis, pousadas, restaurantes, bares, farmácias, supermercados, entre outros, tornam-se um incremento econômico de Trindade. Com destaque para o setor hoteleiro, este compreende cerca de 4000 leitos de hotéis, e a construção de novos leitos, colabora para o aquecimento da indústria da construção civil (Rede TV Entretenimento, 2019; TV PUC Goiás, 2019).

A partir do contexto apresentado, é possível entender que a realização da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade impacta na conjuntura econômica do município como um todo, principalmente, no comércio de artigos religiosos, roupas e enxovais, e no incremento do turismo religioso, uma vez que, mesmo após o período festivo, a cidade continua movimentada e visitada por turistas de todo país (Rede TV Entretenimento, 2019; TV PUC Goiás, 2019; Record TV Goiás, 2017; TV Brasil Central, 2015).

Nessa conjuntura festiva, destaca-se, ainda, a Rodovia dos Romeiros. Inaugurada em 1988, a Rodovia dos Romeiros está localizada na GO-060, e é a maior galeria a céu aberto do mundo, com painéis da Via-Sacra pintados pelo artista Omar Souto na representação da Paixão de Cristo. As estações constituem pontos de parada para romeiros e peregrinos no caminho entre Goiânia a Trindade e, durante a realização da festa no município, são inúmeros fiéis que realizam a peregrinação em honra ao Divino Pai Eterno, constituindo a romaria em um elemento característico da festa em Trindade.

Assim posto e, visando expandir os estudos acerca da temática no Brasil e aprofundar tal tema de pesquisa, objetivou-se, nesta investigação, analisar como se configura o território no contexto da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade-GO, a partir das relações estabelecidas entre comerciantes, moradores, poder público e peregrinos. Finalmente, embora essa abordagem corresponda a uma temática considerável para outros autores (Barros & Nascimento Neto, 2011; Corrêa & Alves, 2016; Canal, 2018; Rafael, 2018; Sanfilippo, 2018), a importância desse estudo se justifica pela escassez de trabalhos sobre território em festas religiosas e festas populares, em especial na Festa do Divino Pai Eterno.



Abordagens de território e estudos territoriais em festas populares e festas religiosas brasileiras

Para adentrar a esta discussão, é importante reconhecer que o entendimento de território deve compreender, de forma simultânea, a identificação e análise de características que remetem à ação de apropriar, dominar e produzir território, ao mesmo tempo em que considera em análise as relações de poder existentes, a simbologia da identificação cultural do homem com o espaço ocupado e as variadas formas de disseminação das informações. Nesse sentido, é possível dizer que a formação do território acontece a partir da apropriação espacial, ou seja, quando as sociedades ocupam e transformam os espaços, sendo retratados por meio da historicidade (Saquet, 2009).

O território (...) não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um 'processo' do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (Raffestin, 1993: 7-8).

Assim posto, é possível compreender que o território contempla formas de controle e dominação que podem ser impostas, individualmente ou por grupos, sendo praticadas estratégias de gestão, manutenção e de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, o território é controlado por meio da imposição daqueles que o dominam, e essas imposições são refletidas nas regras, práticas e forma de gerir o território, o que Sack (1986) define como territorialidade. Nas menções de Rocha (2008), o território é entendido enquanto espaço formado por relações de poder, em que os diversos grupos passam a exercer determinado controle, culminando em territorialidades características de cada sociedade (Schneider, 2009; Espindola, Ferreira & Mifarreg, 2018).

Considerando que os territórios são formados a partir da atuação daqueles que exercem o poder sobre determinado espaço, é possível dizer que a territorialidade nesse contexto está relacionada a um conjunto de elementos praticados por dada instituição ou grupo, visando controlar determinado território. Nesse aspecto, destacam-se estudos que enfatizam o território, enquanto dimensão simbólica e cultural (Bonjardim & Almeida, 2013; Lima, Bahia & Costa, 2019), a partir da investigação dos processos de controle e gestão do território por entidades de natureza religiosa.



Nesse sentido, o poder praticado pelas instituições religiosas se reflete na forma como essas instituições se organizam no espaço e, como explicita Raffestin (1993), a Igreja passa a ser um território dominado, ao passo que as relações de poder existentes em sua conjuntura são praticadas. Assim,

(...) até mesmo no interior das Igrejas, os empréstimos de riquezas, as transferências de bens, também revelam uma quantidade de relações dissimétricas. Bem mais do que a língua, a religião é marcada por relações de poder cujos trunfos são exatamente o controle da energia e da informação, sob a forma de homens, de recursos e de espaços. *Sendo uma organização, toda Igreja se comporta da mesma maneira que qualquer outra organização: procura se expandir, reunir, controlar e gerenciar.* Procura codificar todo o seu meio. A codificação pelo sagrado é até mesmo muito eficaz, pois tende a isolar, do resto os homens, os recursos e os espaços que são codificados. (...). As religiões penetram ou penetraram em todas as manifestações da vida cotidiana, quer sejam culturais, sociais, políticas ou econômicas (Raffestin, 1993: 127).

A partir do exposto, é possível compreender que os estudos acerca de território permeiam o campo econômico, cultural, social e religioso e, portanto, a investigação dessa temática passa a assumir um valor de considerável relevância, exploração e análise.

Oliveira (2015), em seu trabalho intitulado “Dinâmicas territoriais e organizacionais na Zona Sul do Rio Grande do Sul: um estudo do processo de gestão social do desenvolvimento territorial”, buscou investigar de que forma a organização social e territorial dos atores no contexto do Fórum da Agricultura Familiar influencia no processo de gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os impactos dos micropoderes sobre esse processo. Por sua vez, a escolha pelo desenvolvimento do estudo no fórum deu-se pelo fato de que este representa a principal institucionalidade responsável pelo processo de gestão social do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Com o estudo, foi possível analisar as percepções dos atores e compará-las às ações praticadas pelos mesmos nos momentos de tomada de decisão no tocante ao processo de desenvolvimento territorial. Assim, como resultados, observou-se que a forma de atuação dos atores territoriais na prática da gestão social e os micropoderes existentes no território, exercem influência, tanto positiva quanto negativa, no processo de gestão social do desenvolvimento territorial.



Essa influência pode ser tanto positiva quanto negativa, conforme se constatou no território Zona Sul, que na prática se apresenta como o território do Fórum da Agricultura Familiar, exatamente porque essa institucionalidade dispõe de um poder no âmbito da política de desenvolvimento territorial, que lhe permite reduzir o campo de atuação do território à uma única categoria sociopolítica, a Agricultura Familiar (...) a estratégia de gestão social dos atores desse território sofre forte influência das políticas públicas. Porém, esses atores dispõem de estratégias endógenas de gestão, que garantem a sustentabilidade desse modelo de gestão social desenvolvido no território (Oliveira, 2015: 8).

De forma complementar, Goulart, Vieira, Costa e Knopp (2010), desenvolveram uma pesquisa acerca das articulações em rede e acontecimentos no território, contribuindo na exploração de subsídios teóricos para a formação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento. O estudo, que apresenta em sua abordagem, constructos, definições e categorias do âmbito geográfico, buscou elencar elementos relacionados à constituição de políticas públicas enfatizando o desenvolvimento. Como resultados, a pesquisa revelou que a aproximação à concepção de território apresenta uma necessidade de compreensão das relações existentes nos espaços sociopolíticos formados por atores sociais e governamentais, e que essa necessidade torna-se mais evidente ao passo que se identificam iniciativas que são encaminhadas ao plano federal, com o intuito de recuperar a capacidade de planejar e promover o desenvolvimento, por meio da construção e articulação de políticas públicas nacionais, regionais e locais.

Por sua vez, Brandão (2008) em seu estudo intitulado “Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento”, buscou analisar a temática de território a partir da exploração de elementos teóricos e metodológicos que pudessem aclarar acerca da formulação de pactos territoriais no âmbito institucional brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa abordou sobre a escassez de pactos que admitam o território enquanto construção dinâmica e contingente, revelando a necessidade de coerência em embates de forças e interesses que divergem-se, mas que precisam ser articulados e estabelecidos a partir de estratégias de desenvolvimento. Assim, o estudo destaca sobre a importância de definição e construção de estratégias multiescalares, bem como enfatiza que é preciso entender e articular as dimensões territoriais de forma holística e integrada.



É preciso construir mesas de diálogo e levantamento de problemas e discussão da capacidade coletiva de sua resolução, buscando a articulação com os níveis de governo e as esferas de poder pertinentes àquela problemática específica; explicitar os conflitos de interesse e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. (...) Deve-se, ainda, submeter circuitos mercantis, sociopolíticos à circunscrição pactual em dado território, bem como engendrar uma ação coletiva que seja pedagógica, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política. Pensar as possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento envolve entender o território como ligadura, junção, confluência, ao mesmo tempo em que este encerra conflitualidade, contenda de interesses múltiplos e *locus* de possibilidades de concertação de projetos em disputa (Brandão, 2008: 155-156).

De maneira complementar, Baiardi (2008) pretendeu identificar dimensões básicas do território e rede, a partir das relações de competição e cooperação em arranjos produtivos locais, cooperativismo e redes setoriais e municipais, e relações correspondentes ao empreendedorismo e às dimensões local e global. Dessa forma, o estudo baseou-se em dois modelos organizacionais, sendo estes caracterizados como eficientes pela capacidade de se construir em *habitats* em que a cooperação e a inovação são praticados. O primeiro modelo consiste no território diferenciado, caracterizado pela eficiente capacidade de coordenação de uma instituição que atrai parcerias com o intuito de concentrar espacialmente o arranjo produtivo local ou distrito industrial; e o segundo modelo, com embasamento na rede formada por iniciativa de agentes econômicos e sociais, e descrita como uma instituição que apresenta coesão corporativa, capacidade de articular e dotação de capital social. Como resultados, o estudo enfatiza que empresas, principalmente pequenas e médias, organizações não governamentais, cooperativas e municípios, “ligados por pactos ou acordos ou com senso de identidade e de pertencimento dado pelo território ou pela rede, sem renunciar à competição que garanta o espaço e a sobrevivência individual”, promovem relações de cooperativismo, refletindo em laços que tornam-se mais fortes e diversificados de maneira gradual.

A partir do exposto, percebe-se que são várias as explicações que tentam traçar uma concepção acerca de território, mas que, para alcançar uma compreensão mais totalizante do termo, torna-se necessário partir de uma abordagem que o determina como uma experiência global do espaço em que, em um mesmo lugar, explicitam as diversas formas e componentes da vida social. Por sua vez,



as festas populares e as festas religiosas brasileiras são manifestações que contemplam diversidade de elementos que possibilitam associar e analisar a formação de territórios, bem como identificar elementos de territorialidade.

Assim posto, adentrando às culturas populares brasileiras, as festas enquanto elemento de representação cultural, são configuradas pelas crenças, hábitos e tradições, e refletidas por meio da gastronomia, danças, ritos e formas de celebração. Nesse sentido, espaços e lugares passam a ter significação, sendo elementos que definem identidade, promovendo sentimentos de pertencimento (Costa, 2008; Cruz, Menezes & Pinto, 2008; Marques & Brandão, 2015; Rafael, 2018).

Nessa contextualização de festas populares brasileiras podem ser exemplificadas as festividades carnavalescas, em especial o Carnaval do Rio de Janeiro; as festas juninas no Nordeste; a Festa do Peão de Barretos; a Oktoberfest de Blumenau; e os Festivais de Parintins (Trigueiro, 2005; Cruz, Menezes & Pinto, 2008; Cavenaghi, Bueno & Corrêa, 2012). Acrescenta-se, ainda, as festas religiosas católicas, como as Festas de Santos Reis de Martinésia; Festa do Padre Cícero; a Páscoa e o Natal (Folha Online, 2005; Rede Globo Ação, 2014; Marques & Brandão, 2015), e festas de cultura afro-brasileiras, como a Festa de São Benedito; as Festas do Bumba-Meu-Boi em São Luiz, Maranhão; Boi-Bumbá na Amazônia; a Capoeira; a Congada; Afoxé; Bloco Afro; Batbacumba Auê; Obá a Festa; Festa de Preto Velho; e as celebrações em homenagem a Iemanjá (Palmares Fundação Cultural, 2009; Revista Raça Brasil, 2016; Soares, 2019).

Por sua vez, Mendonça (2001) destaca que nesta conjuntura de festa há o encontro de diferentes expressões culturais, as quais convivem e dialogam entre si.

A produção de expressões culturais tradicionais se realiza dentro de uma perspectiva de reprodução simbólica de práticas e vivências compartilhadas, comuns aos membros do grupo ou da comunidade. Geralmente baseiam-se nas tradições e em uma memória coletiva que tem como fundamento para sua sobrevivência sua natureza repetitiva, conservadora e autorreferente. Apesar de se alterar ao longo do tempo, de incorporar novos elementos, formas de expressão, ou mesmo se apropriar e/ou ressignificar conteúdos “modernos” aprendidos de outras instâncias distantes de sua experiência concreta, sua permanência está vinculada à estabilidade das referências, à sua temporalidade cíclica e sobretudo à capacidade de ser significativa, de fazer sentido para aqueles que dela participam (Mendonça, 2001: 5).



Assim, as expressões culturais realizadas por determinada comunidade expressam as crenças e particularidades de um grupo e os elementos que os representam são descritos por meio dos saberes compartilhados pela comunidade, pelas práticas simbolizadas na musicalidade, no artesanato e outras manifestações culturais. Dessa forma, é possível entender as festas culturais a partir dos:

Traços de um conjunto etnográfico da história e da cultura de todos os povos, em todos os níveis e classes sociais. Assim, as misturas étnicas entre negro, índio e branco resultaram em um alicerce etnográfico comum a todo território com suas tradições de ordem religiosa e social firmadas no Brasil (Cruz, Menezes & Pinto, 2008: 2-3).

Nesse escopo, as manifestações populares são pensadas não apenas pelo aspecto do fazer artístico, mas são constituídas pelas relações que se estabelecem na conjuntura festiva, traduzindo linguagens e exibindo expressões do pensar, fazer e sentir de determinada sociedade, retratando, assim, os traços culturais de um povo (Cruz, Menezes & Pinto, 2008; Rafael, 2018).

Para Ferreira (2013), a abordagem de festas populares implica na exploração dos atributos perpassados pela história e cultura de determinado território, tornando evidente os processos de civilização, os quais são traduzidos em formas de intergeração de certa comunidade. Assim posto, é possível compreender que o território da festa é um lugar tomado de traços identitários da história, mas que, também, revela individualidades em acepção plena e dialética de um povo.

Rafael (2018) explana que as festas populares resultam de planejamento e organização, sendo elaboradas de acordo com as regras de cada comunidade, englobando atividades vinculadas à tradição, aos rituais e interligados a uma ideologia composta por simbologia, valores e crenças que se manifestam durante a festividade, ao mesmo tempo em que representam uma forma de agregação dos indivíduos e aproximação desses com suas identidades. Em adição, para que se entenda a festa, é imprescindível considerá-la como elemento responsável pela construção dos espaços, proporcionando sentidos aos lugares e constituindo territórios, os quais passam a ter significados materiais e simbólicos. Por sua vez, ao analisar os territórios festivos, ou seja, os lugares, paisagens e cenários de ocorrências dessas manifestações, Baptistella (2010) e Sanfilippo (2018) elucidam acerca da simbologia e representação que são instituídas aos espaços como ruas,



praças, quintais, terreiros, casas e cozinhas, e ainda destacam as relações coletivas estabelecidas entre as pessoas nesses ambientes festivos: a relação dos corpos com os espaços, dos movimentos e das expressões com as paisagens e os cenários.

Por sua vez, os estudos de Sanfilippo (2018), expõem que o corpo passa a ser entendido como um território, ao passo que se reinventa a partir das festas. As ações de dançar, cantar, tocar, sentir, vibrar, cozinhar, comer, experimentar e construir laços são atos concebidos a partir da ação do corpo nos diversos espaços em que tais ações acontecem como terreiros, ruas, praças e parques. Assim, o corpo é tido como um templo, território que produz conhecimento e contextura de afeto e, nesse sentido, as manifestações afro-brasileiras são exemplos que aclaram essa prerrogativa do corpo enquanto território, uma vez que o uso da expressão corporal durante a manifestação se traduz em território dominado.

Por sua vez, nessa abordagem de festas populares analisadas a partir do escopo territorial, destacam-se as festas religiosas brasileiras, as quais também são tidas como manifestações que revelam exterioridades de território e territorialidade. Essas manifestações de cunho religioso são repletas de simbologias, e possuem como elemento principal um mito de origem, ou seja, a figura da divindade que é adorada e admirada, empregando significado à festa (Marques & Brandão, 2015).

Dessa forma, ao abordar o território religioso, é possível dizer que a organização do espaço se dá a partir de elementos políticos e religiosos e, nesse aspecto, as festas religiosas realizadas em pequenas cidades são caracterizadas pela explicitação da fé, dando ao lugar de manifestação um novo sentido, transcendendo do contexto cotidiano para vivenciar um tempo festivo e carregado de elementos que evidenciam a religiosidade. Assim, ao considerar o escopo religioso, os espaços são transformados através do tempo, contribuindo para a formação de territórios, sobretudo quando se analisa os espaços a partir da realização de festividades religiosas (Barros & Nascimento Neto, 2011).

Vale destacar que a abordagem do sagrado é evidenciada pelas expressões de fé praticadas nos períodos em que as festas religiosas ocorrem. Assim, tudo o que cerca o ambiente religioso festivo passa a ser objeto de representação, tais como os símbolos, os ritos e objetos de cunho religioso,



passando a significar valor de ordem imaterial, impossíveis de serem compreendidos pela racionalidade, já que a “(...) manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma árvore, uma pedra, ou uma pessoa implica em algo de misterioso, ligado à religião que não pertence ao nosso mundo” (Rosendahl, 1996: 27).

Abordando os estudos de Barros e Nascimento Neto (2011), ao analisarem a festa brasileira religiosa de São Sebastião, observaram que, na medida em que as festividades religiosas acontecem, colocando em evidência os aspectos e elementos relacionados ao sagrado, as territorialidades presentes nesse contexto contribuem para o surgimento do espaço profano, caracterizado pela prática de comercialização de produtos. Contudo, são os espaços sagrado e profano que corroboram na determinação da constituição do território festivo.

O espaço sagrado da Igreja durante o tempo festivo é demarcado por dois elementos fundamentais: o ponto fixo e o entorno no qual os fiéis vivenciam suas práticas religiosas. No ponto fixo (Igreja) assistem-se aos eventos religiosos, e no seu entorno delimita-se para as atividades sacro-profanas nas quais acontecem vendas de variados objetos e produtos com o objetivo de angariar recursos para a Igreja (Barros & Nascimento Neto, 2011: 53).

Posto isto, Barros e Nascimento Neto (2011), ainda acrescentam que a conjuntura socioespacial da festa é transformada com o passar do tempo e essas modificações são percebidas, principalmente, em relação aos elementos que traduzem sacralidade e profanidade no território da festa. Dessa forma, “(...) o espaço sagrado e o espaço profano estão sempre vinculados a um espaço social. A ordenação do espaço requer sua distribuição entre sagrado e profano: é o sagrado que delimita o profano” (Rosendahl & Corrêa, 1999: 71).

Como exposto por Rosendahl (1999), ao afirmar que o espaço sagrado delimita o espaço profano, tal prerrogativa permite compreender que nas festas religiosas essa separação entre sagrado e profano pode ser visualizada a partir das atividades e práticas inseridas nesses espaços. No contexto da festa, enquanto a Igreja é entendida e demarcada como espaço sagrado, as lojas em seu entorno, e toda a conjuntura que se forma externamente à realidade religiosa, podem ser configuradas como a parte profana da festa. Assim, os comércios que são praticados, quais sejam farmácias, restaurantes, barraquinhas e locais de lazer, retratam o território profano.



Constitui-se naquele espaço “ao redor” do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculados ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe à organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. O comércio e o lazer, nas hierópolis, estão nos espaços profanos (Rosendahl & Corrêa, 1999: 81).

Nesse sentido, as afirmativas anteriores podem ser relacionadas ao estudo de Almeida, Enoque e Borges (2019), ao analisarem uma das dimensões propostas por Zeny Rosendahl para o estudo de festas religiosas católicas, sendo esta a dimensão política. Por sua vez, os autores discorrem sobre a inserção do poder no contexto religioso católico, a partir da formação e divisão dos territórios. Dessa forma, o poder é evidenciado nos espaços em que se encontram as instituições hierárquicas religiosas que objetivam o domínio sobre os fiéis, bem como nos espaços considerados sagrados, caracterizados por normas, valores e ideias, refletindo o poder político.

Em adição ao exposto, Rafael (2018), ao analisar a territorialidade no contexto da Festa da Congada na cidade de Ituiutaba/MG/Brasil, observou que a festa apresenta características de resistência e disputas territoriais. As práticas religiosas características da Congada, como o cortejo da procissão realizada nas ruas, englobam elementos como danças e a presença de devotos e sacerdotes, transformando as ruas em espaços sagrados. Nessa conjuntura, os conflitos são evidentes, uma vez que a rua passa a ser disputada entre aqueles que realizam e participam da procissão, e os elementos externos à festividade religiosa, como veículos, bares com sons automotivos, residências, e até mesmo gritarias e risadas dos que assistem, uma vez que não consideram a manifestação religiosa como prática sagrada.

De forma complementar, o estudo de Bonjardim e Almeida (2013) sobre território e poder na Igreja Católica em Sergipe, mostrou que a Igreja se apropria do espaço para impedir o afastamento da identidade católica e, assim, firmar a permanência do território religioso. Para os autores, o território religioso católico só é concebido a partir da existência de símbolos e elementos que traduzem a religiosidade e, nesse aspecto, a Igreja se torna o elemento principal de representação territorial, já que, além de ser fixa e visível, demarca o território e institui a territorialidade por meio das práticas de manifestações religiosas. Por sua vez, a Igreja e as festas religiosas são colocadas



como conjunturas integradas, considerando que “(...) não existe Igreja sem festa, sendo ambos os maiores símbolos presentes na vida diária do cristão. As festas religiosas dos santos padroeiros mobilizam as cidades, povoados ou comunidades que estão inseridas, e são símbolos de identidade da população” (Bonjardim & Almeida, 2013: 3).

Por fim, ao abordar a relação entre territorialidade e festas religiosas, Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018) realizaram um estudo denominado “Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil”, investigando as festas de santos padroeiros e de devoção em quinze comunidades quilombolas do município de Salvaterra, na Ilha do Marajó. Por sua vez, os resultados do estudo mostraram que apesar da existência de territórios específicos de cada comunidade, as festas religiosas colaboram na construção e reafirmação de alianças políticas, estabelecendo uma relação entre os territórios, ao passo que integra as comunidades quilombolas em uma rede de festividades, excedendo as fronteiras territoriais comunitárias. “As festas de santo, portanto, são eventos que permitem a reafirmação do sentido de pertencimento a uma comunidade e a um território, reforçando a disposição de lutar pela garantia de direitos territoriais perante o Estado” (Lima Filho, Cardoso & Alencar, 2018: 109).

De forma geral, é possível observar, a partir dos estudos apresentados, que a constituição do território em festas populares é firmada a partir das crenças, manifestações e das relações que se formam no espaço. Por sua vez, foi possível verificar que o corpo também passa a ser um território, sendo as culturas afro-brasileiras exemplos de tal prerrogativa, já que a própria expressão do corpo durante a festividade evidencia ocupação territorial, ou seja, o corpo usado como espaço de manifestação. Contudo, a formação dos territórios e os elementos referentes à territorialidade, podem ser descritos e analisados a partir das festas religiosas, as quais, além de refletirem a identidade de determinada comunidade, apresentam a dominação do espaço por parte da Igreja, e a concepção dos espaços sagrados e profanos, originando territórios díspares, como espaços de orações e espaços de comércio.



As festas: território de mercantilização

Trigueiro (2005) destaca que o conjunto de manifestações populares como as festas, a culinária e o artesanato, envolvem a participação conjunta entre os grupos que praticam as atividades intrínsecas à cultura e os grupos midiáticos. Nesse sentido, os grupos midiáticos podem ser entendidos como organizações sociais, políticas e econômicas que atuam por meio de empreendimentos voltados ao turismo, entretenimento ou comercialização de produtos. Para Cruz, Menezes e Pinto (2008), as manifestações festivas são impactadas por interesses industriais culturais, uma vez que as festas contemplam a diversidade de elementos característicos, tornando-se fonte de atração dos grupos locais e de diversas comunidades e povos, e, nesse aspecto, passam a ser um elemento agregador de culturas. Conseqüentemente, das festas emergem outros significados e novas relações sociais são estabelecidas, sendo englobados aos valores tradicionais, valores midiáticos.

Chaves (2014) corrobora com essa explanação ao evidenciar que a ação turística na conjuntura de manifestações populares faz com que as pequenas comunidades e as festividades culturais se tornem produtos de comércio turístico. Nessa mesma linha, Costa (2010) atenta para o fato de que a festa passa a ser entendida como um espaço de troca, sendo caracterizado pelas feiras, nas quais sobressaem a comercialização de produtos e o desenvolvimento das relações sociais.

As ligações entre festas são, então, tecidas: os excedentes eram trocados entre os membros da mesma aldeia ou de lugares próximos e este era também, um tempo de festa. A feira persistiu como o lugar onde acontece a troca de produtos e onde encontramos as pessoas, onde trocamos informações, ideias. (...) a própria feira é uma festa, o momento do encontro que persiste à troca comercial (Costa, 2010: 53).

Assim posto, as festas apresentam novos significados, sendo caracterizadas por elementos econômicos e políticos, ao passo que a cidade passa a ser produzida, a partir das leis de reprodução capitalista.

Por sua vez, Ferreira (2013) defende que as festas populares são instrumentos que possibilitam a compreensão dos fenômenos de comunicação, além de serem uma mercadoria de promoção turística e, especialmente, um elemento de construção da cidadania e consolidação das relações sociais e identitárias. Nesse contexto, Mendonça (2001) elucida sobre a tendência de fragmentação



e mercantilização das manifestações culturais, destacando a introdução de padrões comerciais e globais no cerne das culturas, o que acaba transformando e impactando os territórios de origem das manifestações, sejam elas de cunho religioso ou não.

Nesse escopo, destaca-se o turismo religioso, compreendendo uma conjuntura festiva religiosa que envolve ritos, peregrinação, visitas a santuários, musicalidade e, até mesmo, a comercialização de produtos religiosos nos espaços das Igrejas visando obtenção de fundos destinados à melhorias para as próprias instituições religiosas (Juárez-Sánchez, Ramírez-Valverde & Mota-Vargas, 2017; Rosas Paz & Propin Frejomil, 2017).

Não obstante, os estudos de Costa (2011) refletem essa realidade ao analisar as festas religiosas populares nas cidades da Amazônia, relacionando o estudo com resultados de uma investigação acerca da Festa de São José, realizada na Feira do Guamá, bairro caracterizado como periferia e de grande população em Belém. Como resultados da pesquisa, foi verificado que a festa proporciona um ambiente de trocas mais acirrado e participativo, diferentemente do cenário comercial praticado no dia a dia das atividades da feira. Nesse sentido, cabe dizer que as trocas acontecem não apenas sob a ótica religiosa e lúdica, mas também pelas esferas econômicas emergidas durante a festividade.

A partir do exposto, ao analisar as festas populares, em especial as festas religiosas católicas, é possível dizer que a realização da festividade em adoração a uma divindade, contempla, em sua conjuntura, espaços destinados à prática de mercantilização de produtos. Por sua vez, os espaços passam a contemplar características e simbologias específicas, sendo vistos como territórios de adoração, mas também como territórios de comércio.

Metodologia de investigação

Este trabalho caracterizou-se por ser uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual busca analisar e interpretar elementos profundos que não estão claramente explícitos, mas que influenciam, de forma significativa, o comportamento humano (Marconi & Lakatos, 2011).



Para atender aos objetivos do estudo, foram utilizados, nesta pesquisa, como instrumentos para coleta dos dados, entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado, contendo perguntas previamente estabelecidas. As entrevistas realizadas contemplaram um total de vinte (20) participantes, sendo (9) comerciantes, (4) moradores, (1) poder público e (6) peregrinos. Por sua vez, a determinação dos participantes selecionados para a pesquisa ocorreu por acessibilidade.

Destaca-se que as entrevistas foram realizadas no mês de abril do ano de 2018 e entre os meses de junho e dezembro do ano de 2019, sendo gravadas com o consentimento dos participantes e, conseqüentemente, transcritas para análise, conforme assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Adicionalmente, em complemento as entrevistas, também foram realizadas observações no período festivo nos anos de 2018 e 2019, visando ampla compreensão da conjuntura analisada.

Por sua vez, para a análise dos dados, optou-se pela utilização da técnica análise de conteúdo, tendo como foco a medição do conteúdo semântico ou o aspecto o quê da mensagem (Cooper & Schindler, 2011). Em adição, Bardin (2011) elucida sobre a aplicação da análise de conteúdo em pesquisas científicas, destacando as contribuições da utilização da técnica que possui como base o rigor da objetividade, ao mesmo tempo que busca desvendar, de forma profunda, a subjetividade dos elementos investigados.

Buscou-se, ainda, analisar três campos de investigação acerca de território, a saber: Território do Comércio, Território da Religião e Território da Sociedade. Por sua vez, a determinação dos eixos de análise dos respectivos campos de investigação, foram determinados de acordo com os elementos que, dentro de cada escopo, pudessem evidenciar as concepções e características sobre a formação de territórios. Assim posto, os eixos temáticos de análise, compreenderam, por exemplo, a caracterização da festa, consumo simbólico religioso, o olhar acerca do peregrino, e território.

Territórios e disputas territoriais: Território do comércio

Conforme relatos apresentados, é possível compreender sobre a existência de elementos nas falas dos entrevistados correspondentes à território. Nesse sentido, ao analisar as falas dos entrevistados, observa-se que há uma clara demarcação dos espaços da Festa em honra ao Divino Pai Eterno na



cidade de Trindade, e que essa demarcação é refletida na constituição de territórios. Assim posto, neste tópico são apresentados os trechos que descrevem, de maneira mais detalhada, os elementos correspondentes ao domínio, controle e conflitos territoriais, por meio das disputas e relações de poder existentes entre os grupos investigados.

Por sua vez, ao abordar os aspectos territoriais explorados entre o poder público e comerciantes, sejam estes fixos ou temporários, os relatos evidenciam que o poder público detém significativo domínio e controle sobre os espaços de comércio, com destaque para a demarcação de calçadas e ruas da cidade de Trindade. Nesse sentido, a utilização do espaço é adquirida apenas conforme pagamentos de taxas, como elucida os fragmentos (001), (002) e (003).

(001) Tem muita gente que vem, que vem prá alugar, quer um espaço maior e às vezes a Prefeitura não libera, entendeu? [...] eu vejo muita gente correndo atrás e não consegue. [...] (Comerciante 4).

(002) Na época da festa [...] pro cê usar a calçada você [...] tem que pagar prá Prefeitura [...] tem que pagar a licença prá usar a calçada (Comerciante 3).

(003) [...] o comerciante que aluga de mim [...] da porta prá dentro [...] a Prefeitura não mexe, mas se ele colocar qualquer coisa na calçada, aí já vem a fiscalização assim prá cobrar que ele vá tirar a licença prá trabalhar. Eles não vêm orientar, eles vêm te cobrar isso, eles vêm te notificar e da próxima vez já vem e leva suas coisas, e é assim (Comerciante 6).

Nos argumentos apresentados é possível notar a existência de vários elementos que correspondem à demarcação do território por parte da Prefeitura. Nos trechos (001) e (002), as frases “às vezes a Prefeitura não libera” e “pro cê usar a calçada você [...] tem que pagar prá Prefeitura”, indicam que a locação do espaço da calçada só é possível de ser obtida mediante pagamentos financeiros à Prefeitura para que seja autorizado o uso do espaço para práticas comerciais em período festivo, refletindo aspectos de dominância, e dando o sentido de posse ao poder público. O mesmo pode ser observado no trecho (003), considerando que na fala do comerciante entrevistado é possível verificar elementos que correspondem ao fator de propriedade do espaço, tanto por parte da Prefeitura, quanto por parte do comerciante, aclarado na frase “da porta prá dentro [...] a Prefeitura não mexe, mas se ele colocar qualquer coisa na calçada, aí já vem a fiscalização assim prá cobrar que ele vá tirar a licença prá trabalhar”. Nesse sentido, é possível dizer que os elementos apontados



se relacionam aos estudos de Rocha (2008), Saquet (2009), Schneider (2009), Espindola, Ferreira e Mifarreg (2018), ao apresentarem o território enquanto campo de poder e de relações de dominação sobre determinados espaços.

De forma complementar, os relatos parecem indicar que as normas impostas e os valores adquiridos pelo órgão público são considerados como injustos e abusivos por parte de moradores e comerciantes, os quais, elucidam sobre as dificuldades de atuação no mercado em decorrência dos altos custos dos impostos, revelando que os mais prejudicados são os comerciantes temporários. Não obstante, a atuação do poder público com vistas à delimitação dos espaços demonstra aspectos relacionados ao controle e domínio espacial, fortalecendo as relações de poder e consolidando as discussões sobre território, aclaradas em diversos estudos, quais sejam Rocha (2008); Saquet (2009); Schneider (2009); Espindola, Ferreira e Mifarreg (2018), sendo apresentadas nos seguintes fragmentos: (004), (005) e (006).

(004) [...] muitas pessoa vêm prá trabalhar mas só que muitas vezes sai devendo, que o custo é muito alto né [...] A única coisa que fica com conflito [...] é por causa dos imposto, o pessoal fica revoltado né [...] tinha que manear mais nos impostos [...] não compensa porque paga imposto disso, paga imposto daquilo, aí no final da história [...] mal tira o dinheiro prá pagar o aluguel [...] (Morador 1).

(005) [...] O único assim, que querendo ou não que... marca esse pessoal (comerciantes temporários), é a questão da fiscalização da Prefeitura. Cê com uma caixinha ambulante, R\$60,00 reais, cê tem que tirar a licença. Se você tá lá no meio, e eles viu você com sua caixa sem o adesivo, eles tomam sua mercadoria. Carrinho, R\$120,00 cada carrinho [...] se seu carrinho tá sem (adesivo)... cê não anda, e é restrito pro cê andar nas (avenidas) principais, com qualquer coisa, não pode ter ambulante e nem carrinho [...] a Prefeitura bate ferreamente em cima disso daí [...] eu acho até [...] errado, que o cara tá com a licença, ele pode andar onde ele quiser uai, agora, cê restringir o lugar que eles podem [...]. No pátio da Igreja aqui também não. [...] outro detalhe, na cúpula da Igreja em si igual, você tá vendo, estacionamento, tudo aqui que você vê da Igreja, ninguém pode pôr nada prá vender... nada. Só eles [...] tem uma barraquinha de água da Igreja, se eu tô com minha caixinha aqui, pisei na calçada de lá, os segurança já chega e fala assim “Ó, pra lá, aqui não” (Comerciante 2).

(006) [...] assim, aqui a gente [...] coloca essas coisas aqui e não pode passar desses limite, entendeu? [...] (Comerciante 5).



Ainda evidenciando aspectos de relações de poder presentes no ambiente festivo, os relatos também indicam que a intervenção do poder público aos comerciantes que delongam a retirada da licença para atuarem, parece acontecer de forma abusiva, e agressiva, como pode ser observado no fragmento (007).

(007) [...] eles acha que porque eles tão trabalhando, eles é dono de você [...] é muito agressivo. [...] por exemplo, [...] não deu tempo de [...] ir na Prefeitura prá tirar a licença, aí eles já vem e já cata as mercadoria [...] porque [...] não tirou a licença, então isso é abusivo, [...] oh, nesse pedaço a gente já viu muitos, muitos mesmo, pessoas abusiva [...] esse ano eu mais minha menina foi comprar umas roupinha [...] nós viu um caso que a minha menina (deficiente) eu tive que segurar [...] o jeito do fiscal fazer [...] pegou a mercadoria duma senhora e ela tava no carrinho, que que ele tinha que falar: “Senhora, vou dar um prazo prá senhora tirar daqui”. Não, já foi pegando os trem dela e foi jogando [...]. (Morador 1).

Por sua vez, ao analisar a frase “eles acha que porque eles tão trabalhando, eles é dono de você [...] é muito agressivo”, é possível dizer que a atuação dos fiscais da Prefeitura contribui para a geração de sentimentos de posse na relação estabelecida entre indivíduos que atuam enquanto poder público e comerciantes, já que a palavra “dono” faz referência àquele que é possuidor, proprietário, sendo quem possui completo poder ou controle. Assim, tal realidade é aclarada nos estudos de Raffestin (1993) e Saquet (2009), ao elucidarem sobre o domínio territorial por parte daqueles que detém o poder e que passam a controlar o território conforme os próprios anseios.

As transformações no espaço da cidade, em decorrência da festa em honra ao Divino Pai Eterno, podem ser observadas nos meses que antecedem a realização das festividades. O mercado consumidor passa a apresentar uma dinâmica peculiar, e é possível observar no contexto da cidade mudanças expressivas em lojas, supermercados e restaurantes, com destaque especial para os comércios que se encontram instalados próximos à basílica, principal espaço de realização da festa, conforme pode ser observado nos relatos dos fragmentos (008) e (009).

(008) A estrutura aqui no tempo da festa é muito grande, o movimento aqui muda a cidade completamente, entendeu!? O comércio também, é muito bão [...] na festa aqui a cidade transforma, muda tudo (risos) (Comerciante 4).



(009) [...] a festa em si prá quem vem de fora pode durar os dez dias [...] (mas) a cidade começa a se transformar dez dias antes e o pessoal só acaba dez dias depois. e então, prá quem mora aqui a festa de Trindade dura trinta dias. Principalmente quem mora mais no centro, entendeu?! Aí tem essa diferença (Comerciante 6).

Assim posto, analisando os trechos (008) e (009), os argumentos permitem associar a realidade do contexto festivo aos estudos de Costa (2010), ao expor que a festa influencia na transformação da cidade, sendo entendida como um espaço de troca, como a montagem das feiras para a comercialização de produtos e o desenvolvimento das relações sociais. Dessa forma, a festa passa a ser caracterizada por elementos econômicos e políticos, já que a cidade passa a ser produzida pelas leis de reprodução capitalista.

Quanto ao apoio oferecido pela Prefeitura, parece haver uma insatisfação por parte dos mercadores. Os relatos elucidam que a fiscalização é fortemente aplicada aos comerciantes e que o apoio que recebem se configura em encargos públicos, como exposto nos fragmentos (010) e (011).

(010) O Sebrae dá a consultoria né, se você chegar lá e perguntar. Agora a Prefeitura a ajuda que eles dá é... fiscalização mais em cima [...] (Comerciante 2).

(011) Não (recebe nenhuma ajuda), só prá pagar. (Risos) (Comerciante 7).

Ao passo que a festa é entendida como um mecanismo de desenvolvimento da cidade, com destaque para os benefícios gerados ao comércio local, parece haver, de forma contraditória, situações desfavoráveis quanto ao aumento da quantidade de consumidores. Os reajustes e aumentos de encargos, matéria prima, aluguéis e outros elementos necessários para o andamento do negócio, corroboram para a criação de um cenário dificultoso e desafiador para a gestão empresarial, como elucidado no trecho (012).

(012) Muito trabalho, muita gente, muita confusão. [...] a pessoa (comerciante) podia ganhar mais, porque a nível de negócio [...] aumentou tudo, os aluguéis aumentaram, a matéria-prima aumentou, então, por exemplo, eu quando cheguei aqui há seis anos, sete anos mais ou menos [...] ainda era o mesmo artigo, o mesmo preço que se vendia nessa época, agora imagina, gasolina subiu, comida, [...] os aluguéis subiram muito, e o negócio cada vez trabalha-se mais e a margem de lucro é mais pequena...Cada vez tá mais difícil gerir um negócio (Comerciante 7).



Ademais, os argumentos possibilitam observar que a presença de múltiplos comerciantes interfere de forma significativa no mercado local. Apesar de determinados comerciantes fixos optarem por aproveitar o momento festivo como meio de alavancar as vendas, outros preferem deixar os espaços de atuação durante a festa. Uma das justificativas que descreve a tomada de tal decisão, optando pela locação do ponto comercial, estaria embasada na existência de certa apropriação das calçadas por parte de comerciantes temporários, dificultando, assim, o funcionamento do empreendimento fixo, conforme exposto no trecho (013).

(013) Pro comércio da cidade a romaria, ela não soma [...] porque a maioria deles fecham as portas prá receber esses comerciais temporários. Até porque se não fechar, as pessoas, elas começam a invadir geralmente as calçadas dos estabelecimentos. Isso acontece demais [...] (Poder público).

Assim posto, ao analisar o trecho (013), é possível identificar elementos que se configuram em disputas territoriais. Na frase “se não fechar, as pessoas, elas começam a invadir geralmente as calçadas dos estabelecimentos”, a palavra invadir dá sentido de lugar ocupado de maneira forçada, ao expressar relações de poder e disputas por espaços (Saquet, 2009) entre comerciantes fixos e temporários.

Analisando, de forma peculiar, é possível inferir na conjuntura da festa que a existência de feiras com a atuação de barraquinhas durante a semana festiva é tida como sinônimo de cultura e tradição (fragmento (014)), sendo um dos principais elementos de atração de visitantes e romeiros. Neste sentido, é possível inferir que a feira assume certa identidade na conjuntura festiva em análise, uma vez que a prática feirante passa a ser um elemento determinante para que a festa aconteça. Assim, essa realidade pode ser associada aos estudos de Rosendahl e Corrêa (1999), Costa (2010) e Bonjardim e Almeida (2013). A feira é entendida como festa e se caracteriza por ser um espaço de encontro entre as pessoas, de trocas de informações, de ideias, e também por evidenciar as trocas comerciais (Costa, 2010), tornando-se um elemento que expressa identidade (Bonjardim & Almeida, 2013).

(014) [...] porque assim, é as barraca que faz as festas [...] as barraca é um meio de já chamar as pessoas, porque muitas vezes as pessoas vêm porque no final da festa [...] vende as coisa mais barata, coisas diferentes né, porque o pessoal não vai vim aqui só pra missa né, não vai vim só prá rezar, então eles vêm prá participar mesmo. Então, se não tiver (feira com barraquinhas), não tem festa (Morador 1).



Os relatos também evidenciam que o poder público parece almejar certa mudança nesse contexto mercadológico, ao tentar priorizar a produção artesanal. No entanto, fica evidente nos argumentos que a opção pelos produtos de feira, e industrializados, é a que prevalece na preferência dos consumidores, como mostra o fragmento (015).

(015) Hoje a gente tenta fazer coisas mais artesanais. Mas você pode ver que tem muita coisa industrializada. [...] as pessoas elas se viraram prá oferecer essa procura dos fiéis [...] esse tipo de pessoa [...] vêm prá comprar coisa da feira [...]. Tem coisa linda, mas também tem coisa que não... (risos) (Poder público).

Por sua vez, a disputa de mercado existente entre comerciantes fixos e temporários parece uma realidade difícil de ser superada, uma vez que é reconhecida até mesmo pelo poder público, como mostra o fragmento (016). Nesse contexto, tal realidade pode ser relacionada aos estudos de Mendonça (2001), Trigueiro (2005) e Costa (2010), ao abordarem a festa enquanto um espaço de troca, em que há a introdução de padrões comerciais que transformam e corroboram na formação de novos territórios. No cenário em análise, os relatos permitem compreender sobre a existência de substituição de comerciantes, ou seja, parece haver um movimento em que, de certa forma, os comerciantes fixos são “forçados” a deixarem os espaços habituais de comércio, uma vez que tais espaços são ocupados por uma amplitude de comerciantes temporários.

(016) A pessoa tem uma loja física, cê vai concorrer com alguém que tem um comércio temporário de uma barraquinha? Você não consegue concorrer [...] (Poder público).

Em adição, o último final de semana festivo é caracterizado pelos comerciantes como o momento mais favorável à prática de promoções e descontos de produtos, evidenciando concorrência entre o comércio fixo e o comércio temporário na disputa por clientes, conforme exposto nos trechos (017) e (018). Dessa forma, é possível entender a concorrência enquanto fator que corrobora para a geração de disputas territoriais, em que os clientes passam a ser disputados, refletindo aspectos de territorialidades (Sack, 1986), como a alteração dos preços praticados no mercado consumidor.

(017) Água mineral... começa de R\$3,00, aí um vende de R\$2,00, aí o outro já sai gritando “R\$1,00 real, R\$1,00 real”. Final ali na hora que acabou a missa é R\$0,50 centavos (Comerciante 2).



(018) [...] a gente (comerciante fixo) paga aluguel, paga imposto o ano todo e eles (comerciante temporário) que vêm [...] além de ter a concorrência, eles têm que voltar prá trás. Eles não leva as mercadorias, eles queima a mercadoria. Aí vende mais barato que o nosso (Comerciante 5).

É possível verificar, a partir dos relatos, que o cenário festivo corrobora para o aumento da concorrência no mercado consumista, impactando a atuação de comerciantes locais e temporários, e refletindo no poder de compra dos consumidores, como apresentado no fragmento (019). Além das competições no comércio local, os argumentos evidenciam que a migração de comerciantes temporários é um fator que estimula a geração de uma concorrência mais acirrada, uma vez que os pequenos comércios são montados nas ruas e calçadas da cidade, em forma de “barraquinhas”, oferecendo maior diversificação de produtos e preços inferiores em comparação àqueles praticados no comércio local, como pode ser visto no fragmento (020).

(019) [...] A concorrência tem que existir, tanto é que se você andar um pouquinho você vai ver que é uma lojinha do lado da outra [...] quem ganha com isso é o turista [...] (Comerciante 6).

(020) Existe muita concorrência [...] além da concorrência normal dos comerciantes, vem [...] muito... ‘barraqueiro’, né? Vêm muitas pessoas que trazem diversos tipos de produtos durante o período da festa, de todo lugar do Brasil, então [...] durante o período da festa a gente também ainda tem que lidar com esse tipo de coisa que é a concorrência de fora, às vezes com a qualidade do produto até inferior, porém o preço inferior, [...] a gente vende às vezes um produto melhor, porém o produto inferior é um preço inferior, acaba levando vantagem (Comerciante 9).

A disputa no mercado por clientes é evidente e faz parte da conjuntura festiva, sendo reconhecida pela concorrência de preços e pontos comerciais (conforme exposto nos fragmentos (021) e (022)), refletindo as relações de poder existentes no espaço festivo. Nesse contexto, tal realidade exprime os estudos de Costa (2010), ao abordar que a festa enquanto espaço de comercialização.

(021) Sempre tem um comerciante com o outro que começa a disputar os pontos, sabe? “Ah eu vou vender minha mercadoria por um preço, eu vou vender minha mercadoria por outro preço”, e fica aquela briga. Então, já vi muito. Na festa tem bastante (Morador 3).

(022) [...] a gente vê [...] eles brigando por causa de cliente né? Um [...] tava oferecendo uma mercadoria daí o outro foi também: “ah o cliente é meu que eu chamei”. Aí no final eles deixou o cliente e foi bater boca os dois (Comerciante 3).



Apesar dos argumentos indicarem a existência de conflitos comerciais caracterizados em disputas por espaços e clientes em tempo festivo, principalmente entre comerciantes locais e temporários, observa-se, também, que parece haver certo coleguismo na relação entre os pares. Isto posto, comerciantes da cidade e moradores reconhecem as dificuldades enfrentadas por comerciantes temporários, com destaque para as fiscalizações que são impostas pelo poder público e, até mesmo, pela Igreja, como relatados nos fragmentos (023) e (024).

(023) [...] Eu acho que a pessoa tem o direito de ganhar o seu pão, de ganhar um dinheirinho porque vem muita gente. A única coisa que eu acho de uns tempo prá cá, que os padre quer ganhar mais do que aqueles que vêm, e o prefeito também. Aí você vem aqui, paga R\$ 200, R\$ 400 reais numa calçada, só que o que você pagou naquela calçada que você vai ganhar, você não ganha porque o prefeito põe tanta norma, tanto multa [...] que as pessoas sai devendo e não consegue nem pagar o lugar que fica. [...] aí põe muito fiscal [...] cobra muito imposto [...] aqui em casa mesmo, aqui nós alugava pro pessoal que vendia picolé, [...] a gente alugava e o pessoal largou de vir [...] porque a taxa é muito alta e ainda tem que pagar a taxa do carrinho né, prá usar, aí chega no final, não compensa (Morador 1).

(024) [...] Os ambulantes vêm com a expectativa de que vai vender muito, só que aí os pontos é muito caro prá eles. Às vezes tem uns que vêm coitado e diz: “tirei dinheiro só do ponto que eu paguei”, sabe, a gente fica com dó [...] (Morador 3).

Ainda nesse contexto comercial festivo, ao observar o fragmento (025), é possível proferir sobre a existência de conflitos entre comerciantes e pedintes. Nesse aspecto, os relatos evidenciam que há certa dominação dos espaços das calçadas pelos comerciantes ao identificarem a presença de mendigos, uma vez que não é aceitável a permanência desses indivíduos nas entradas dos estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, mesmo que as calçadas sejam públicas, o domínio desses espaços pelos comerciantes indica elementos como posse e controle, sendo considerada a ideia de domínio territorial, refletindo os estudos de Saquet (2009). De forma complementar, os relatos também indicam que o posicionamento dos comerciantes contribui para a geração de conflitos entre os dois grupos, como pode ser visto no fragmento (026).

(025) [...] Tem comércio que não aceita o mendigo ficar na calçada pedindo. Aí geralmente eles desce. Na porta da Igreja não pode pedir, eles fica no meio da rua [...] (Morador 3).



(026) Ih, (presenciou discussões entre comerciantes e pedintes) muitas vezes, muitas vezes. [...] (comerciante diz) “Sai daqui, vai pedir em outro lugar”, “Aqui cê não pode ficar, tem que sair daqui” (Morador 3).

A partir do exposto, é possível verificar que há certa dominância dos espaços por parte do poder público e a Igreja em período festivo, contribuindo para a geração de disputas e conflitos territoriais. Enquanto a dominância dos espaços pelo poder público é evidenciada na fiscalização acirrada e na cobrança de taxas elevadas, a Igreja impede que vendedores ambulantes adentrem o espaço do estacionamento da basílica para praticarem a comercialização de produtos. Pode ser visto, também, que a concorrência é um fator que provoca disputas e conflitos no mercado durante a realização da festa e, ainda, que os comércios existentes inibem a presença de pedintes nas portas dos estabelecimento, configurando-se, mais uma vez, em elementos que descrevem dominância dos espaços, logo, territorialidades.

Território da religião

Quanto aos elementos presentes nas falas dos entrevistados que se configuram em território religioso, o primeiro aspecto observado corresponde aos espaços compreendidos como sagrados. Assim, os relatos possibilitam compreender que o participar da festa em honra ao Divino Pai Eterno é entendida pela ação de estar nos espaços sagrados, sendo a Igreja considerada como território religioso, como exposto nos trechos (027) e (028). Nesse contexto, é possível compreender que o participante faz uma associação do sagrado entre o espaço da Igreja a elementos como cura, fé e milagre.

(027) [...] Eu sei de pessoas que vai só pela festa mesmo, prá passear. Nem vai na Igreja, só pela festa mesmo. (...) Aquele comércio né, aquele comércio ali eu acho muito profano. (...) Acho que não tinha necessidade daquele tanto de barraca, aquele pessoal que fica ali em cima forçando pra vender. (...) nossa, insistindo demais, muito mesmo (Peregrino 2).

(028) [...] o que vai só prá passear, né, que não entra nem dentro da Igreja. [...] tem aquele turista mesmo que só vai [...] por conta da bebida né? E o peregrino que vai ali em busca de melhoras, em busca [...] do milagre, da fé, da cura (Peregrino 6).



Dessa forma, é possível relacionar tal realidade aos estudos de Barros e Nascimento Neto (2011), em que o ponto fixo seria a Igreja, entendida como espaço sagrado, e o entorno composto pelas atividades sacro-profanas. Em complemento ao exposto, os relatos parecem inferir que as atividades cuja essência não correspondem a atividades religiosas, são possíveis de serem consideradas como ações profanas, como o participar da festa apenas com o intuito de consumir bebidas alcóolicas e o intenso comércio de barraquinhas montados próximos à basílica, sendo possível relacionar essa realidade aos estudos de Rosendahl e Corrêa (1999).

Analisando a atuação do poder público na conjuntura festiva, é possível observar nos relatos dos entrevistados no fragmento (029) que parece haver um certo domínio do espaço por parte do poder público, e que esse domínio também é exercido pela própria Igreja no espaço do estacionamento, o qual corresponde ao local em que são realizadas as celebrações festivas religiosas. De forma complementar ao exposto, esse domínio territorial, praticado pela Igreja no estacionamento ocorre, de forma clara, principalmente pela limitação dos espaços destinados a vendedores ambulantes para a comercialização de produtos. Nesse contexto, os argumentos revelam até a utilização de força física, caso haja insistência por parte de comerciantes em adentrar os espaços de domínio da Igreja, como pode ser visto no fragmento (030).

(029) [...] na cúpula da Igreja em si [...] estacionamento, tudo aqui que você vê é da Igreja, ninguém pode por nada prá vender... nada. Só eles [...] têm uma barraquinha de água da Igreja, se eu tô com minha caixinha aqui, pisei na calçada de lá, os segurança já chega e fala assim “Ó, prá lá; aqui não”. [...] restringiu mesmo o espaço da Igreja, é deles e pronto e acabou (Comerciante 2).

(030) [...] O cara não poder passar [...] vender, atravessar com a caixinha, não poder passar no estacionamento que cê vai ser abordado e colocado prá fora [...] (Comerciante 2).

Por sua vez, analisando o trecho (030), com destaque para a frase “não poder passar no estacionamento que cê vai ser abordado e colocado prá fora”, é possível identificar elementos que remetem a existência de poder sobre o espaço em questão, já que este se torna delimitado em decorrência da relação de dominação (Rosendahl, 1996; Souza, 2000). Por sua vez, a territorialidade nesse contexto é evidenciada nas regras e normas impostas aos comerciantes ambulantes, impedindo-os de adentrar e comercializar produtos no estacionamento da Igreja, realidade que reflete as proposições encontradas nos estudos de Bonjardim e Almeida (2013) e Lima, Bahia e Costa (2019).



Ainda nessa conjuntura, é possível dizer que o espaço do estacionamento, entendido como um território da Igreja, passa a ser transformado no período festivo para atender aos interesses econômicos da instituição religiosa, como visto no fragmento (029), em que a frase “na cúpula da Igreja em si [...] estacionamento, tudo aqui que você vê é da Igreja, ninguém pode por nada prá vender... nada. Só eles”. Contudo, podemos associar os expostos nos trechos (029) e (030) aos estudos de Raffestin (1993), ao mencionar que a Igreja passa a ser um território dominado e marcado pelas relações de poder, sendo estas identificadas no controle dos espaços e na expansão do comércio praticado pela própria instituição no estacionamento da basílica.

De forma complementar, tal prática de dominância também é evidenciada no trecho (031), em que a frase “não pode entrar lá e oferecer nada pros romeiros; fica cheio de segurança [...] eles já manda [...] ir prá fora”, possibilita compreender que a ação de fiscais no espaço é associada a elementos que evidenciam poder, como o ato de mandar, refletindo em dominação territorial. Em concordância ao exposto, a mesma situação é evidenciada no trecho (032), sendo relatada a restrição e dominação do espaço da Igreja na frase “É deles e pronto e acabou”, dando a entender que não há o que fazer, uma vez que o território já foi dominado pela instituição religiosa.

(031) Até mesmo a festa, assim, conforme o lugar aqueles que vende empurrando os carrinhos não pode ficar, que os fiscal toma, [...] aqui na Igreja mesmo, e até fora da festa ninguém pode vender nada [no pátio da Igreja] que não passa, segurança não deixa [...] Não pode entrar lá e oferecer nada pros romeiros, fica cheio de segurança [...] eles já manda [...] ir prá fora (Comerciante 3).

(032) Restrito... restringiu mesmo o espaço da Igreja. É deles e pronto e acabou (Comerciante 2).

Como foi observado nos relatos anteriores, a imposição da Igreja faz emergir as relações de poder, contribuindo para a geração de conflitos e sentimentos de controle e posse do espaço. Consequentemente, a ação posta pela Igreja contribui para que comerciantes a definam como prática de monopolização do espaço, como explícito nos fragmentos (033) e (034).

(033) [...] A Igreja monopoliza o espaço dela. Eu penso que pelo entendimento que eu tenho que a Igreja é a casa do Senhor né? Ela não tem dono, é de todos, 100% de porta aberta, a partir do momento que cê tá delimitando alguma coisa, né, essa casa [...] deixa de ser do Divino. Passa a ter um dono (Comerciante 2).



(034) [...] eu te falei né, da demarcação do espaço da Igreja em si. Eu acho errado, entendeu? O cara não poder passar [...] vender, atravessar com a caixinha, não poder passar no estacionamento que cê vai ser abordado e colocado prá fora. Isso aí eu acho errado que isso aí não é uma firma. Isso aí é prá todo mundo né? [...] a casa é do Pai Eterno [...]. Eu acho isso daí errado [...] ter monopolizado isso daí [...] (Comerciante 2).

Assim, os relatos permitem compreender que a Igreja é caracterizada como uma instituição que monopoliza o território, ou seja, detém o domínio comercial no estacionamento, atuando de forma a ser exclusiva na comercialização de produtos durante o período festivo. Por sua vez, ao analisar a frase exposta no trecho (033) “a partir do momento que cê tá delimitando alguma coisa, né, essa casa [...] deixa de ser do Divino, passa a ter um dono”, é possível verificar o repúdio, por parte do comerciante, ao evidenciar que a Igreja, uma vez monopolizada, acaba extinguindo a característica de espaço religioso sagrado que pertence a todos para se tornar um espaço comum aos homens que detêm poder e controle sobre ele. Além disso, o enunciador também exprime a ideia de sacralidade do espaço, ao indicar que a dominância deste pertence a uma entidade religiosa, referindo-a como “Senhor” e “Divino”.

Adicionalmente, o trecho (034) destaca o fato dos comerciantes ambulantes serem impedidos de adentrar o estacionamento da Igreja portando algum produto que seja para venda. Nesse aspecto, o entrevistado aclara a dominância do espaço ao comparar a Igreja a uma firma, evidenciando que a forma de atuação da instituição religiosa não contempla a todos de forma igualitária, permitindo apenas a atuação de comércios voltados aos interesses da Igreja. Assim, tal realidade pode ser relacionada aos estudos de Raffestin (1993), ao passo que destaca a religião enquanto elemento marcado por relações de poder e controle, sob forma de homens, recursos e espaços.

Cabe destacar, ainda, que essa disputa territorial também é assinalada nas relações estabelecidas entre Igreja e pedintes. Nesse aspecto, os relatos evidenciam que os espaços da instituição religiosa, como estacionamento, rampas e escadas, são restringidos, sendo permitida apenas a circulação de visitantes e moradores. Por sua vez, a ação de impedir a circulação, e a permanência de pedintes nos espaços da Igreja correspondem a aspectos de dominação do território, sendo evidenciado no fragmento (035).



(035) [...] os pedintes ficam restritos também, em volta da Igreja [...]. Se sentar (na escadaria da Igreja) é tocado [...] não pode (Comerciante 2).

Como pode ser observado no trecho em questão, a fala “é tocado [...] não pode”, deixa claro que o domínio do território pela Igreja encontra-se expresso não apenas na disseminação de que não é permitida a presença de pedintes, mas, também, na ação de utilização de força física caso os pedintes insistam em permanecer naqueles ambientes, o que nos leva a constatar relações de poder, de que há um grupo que domina (Igreja) e outro que é dominado (pedintes).

Ao analisar o espaço utilizado para a peregrinação em devoção ao Divino Pai Eterno, correspondente ao trecho que liga a cidade de Goiânia ao município de Trindade, localizado na GO-060, é possível verificar a existência de conflitos territoriais existentes entre dominações religiosas. Por sua vez, a atuação de Igrejas no espaço da peregrinação, não pertencentes à religião católica, é caracterizada por posicionamentos conflitantes, pois, ao mesmo tempo em que seguidores de determinadas religiões se instalam no percurso da peregrinação oferecendo ajuda aos peregrinos (fragmento (036)), outros fazem do momento da romaria uma oportunidade para pregarem a religião a que pertencem, buscando novos fiéis (fragmentos (037)). Assim, a partir dos relatos, parece haver no espaço da peregrinação certas disputas religiosas, evidenciadas na abordagem com que os romeiros se deparam durante o trajeto.

(036) [...] lá na caminhada [...] eu vi um pessoal da Igreja batista fazendo doação lá de biscoito [...] na caminhada pros romeiros, fazendo a doação de biscoito [...] são evangélicos e eles davam o lanche e doavam uma bíblia [...] de pensamento [...] diário. [...] eles estavam com uma barraca montada na pista lá dos romeiros, doando o lanche, o biscoito né? Os biscoitinhos no saquinho muito bem organizado com a barraca, com uma faixa escrito que eles também estavam ajudando os romeiros e servindo a Jesus, servindo a Deus [...] Pela minha visão, eu achei assim uma boa ação, que não ficou só lá querendo pregar [...] (Peregrino 6).

(037) Eu já fui abordado na caminhada por umas pessoas evangélicas querendo tirar ocê daquele foco que você tá. [...] No meio da caminhada querendo tirar o povo, e eu já acho que é um abuso né? Porque nós não vamo na religião deles e eles ir lá no meio da nossa religião prá buscar gente. Acho que é errado eles ficar no meio [...] onde a gente passa. [...] Tentaram falar que essa religião nós não ia ganhar salvação e eu falei prá eles que nessa religião eu já ganhei minha salvação. Só de eu tá caminhando eu já tô salvo. E falei prá eles que Deus é um só. Existe só um Deus, não existe dois Deus (Peregrino 1).



De forma geral, ao analisar o aspecto da religião, é possível verificar que a Igreja, considerada como território sagrado, é identificada como instituição que estabelece certa dominância territorial, seja em relação aos comerciantes temporários ou até mesmo na imposição à presença de pedintes nos espaços da instituição religiosa. Além disso, foi possível verificar, que o espaço da peregrinação também evidencia elementos que se configuram em conflito, disputa e dominância, evidenciado nas ações de outras dominações religiosas na busca e alcance de fiéis católicos.

Território da Sociedade

Os elementos que correspondem ao domínio e controle dos territórios no contexto festivo analisado, são retratados por meio da percepção dos moradores da cidade em relação à forma de atuação do poder público. Ao analisar o trecho (038), observa-se na fala do Morador 1 que a delimitação dos espaços é feita por parte do poder público, com destaque para as ruas da cidade. Nesse sentido, de acordo com os argumentos apresentados, atualmente os moradores são impedidos de circular com veículos nas ruas destinadas às feiras e circulação de visitantes, sendo essa justificativa fundamentada na segurança dos indivíduos, realidade que indica a existência de territorialidade explicitada nos estudos de Sack (1986), sendo possível relacionar o controle da circulação de carros nas ruas a uma ação de gestão do poder público acerca do território.

(038) [...] essa rua aqui não sobe carro. Sobe carro se você tiver o papel que prova que você mora aqui na região. Agora esse ano o prefeito tirou. Essa rua aqui [...] não pode ser liberada por causa da Vila São Cottolengo, [...] desce muita gente, aí enche de barraca as calçada, aí a pessoa fica [...] entre ônibus, caminhão, e é perigoso (Morador 1).

Cabe destacar, que o domínio territorial das ruas da cidade por meio da atuação do poder público, também se justificam no bem-estar e a segurança de todos, como exposto nas falas do poder público (trecho (039) e comerciantes (trecho (040)), considerando a significativa quantidade de pessoas presentes nas ruas de Trindade em período festivo.



(039) [...] a calçada, ela já é delimitada. Quando nós (poder público) alugamos ela é toda delimitada. Toda estrutura ela já é oferecida pela Prefeitura, justamente prá evitar esse tipo de coisa porque um incêndio num lugar desse aqui causa um [...] caos né? (Poder público).

(040) [...] aqui a gente [...] coloca essas coisas aqui e não pode passar desses limite (da calçada), entendeu? [...] tem que ser esse comprimento aqui porque a gente tem que deixar vago, que é muita gente; na procissão de madrugada mesmo a rua fica cheia as pessoas, vem até pela calçada de tanta gente. Então, tem que ter espaço, né, prá pessoas passarem porque é muita gente mesmo (Comerciante 5).

De forma complementar, os argumentos elucidam, de forma clara, os conflitos territoriais nos espaços da festa, sendo identificados nas disputas de poder, nas discussões acerca de lugares para estacionar, e também na oferta de serviços, com destaque para o setor alimentício, já que é mencionado que nos dias festivos os estabelecimentos são disputados pelos diversos públicos participantes, conforme mostra o fragmento (041). Por sua vez, essa realidade é aclarada nos estudos de Rocha (2008), em que as relações de poder passam a ser construídas a partir das características de cada sociedade.

(041) [...] Tem disputa de poder de espaço, de tudo [...] nos dois últimos dias, sábado e domingo, você consegue disputar até comida, porque os comércios em geral não consegue fornecer comida prá tanta gente. Então, você tem que procurar um lugar mais cedo prá almoçar. Dependendo do horário, você não vai comer comida boa, porque as pessoas querem fazer rápido prá vender, entendeu? Então tudo isso aí, uma água é disputada, uma água mineral prá você comprar é disputada. Tem lugar que você tem que sentar prá comer caro, caro, porque os outros já tá tudo lotado. Então, tem disputa de tudo isso aí, espaço de carro prá estacionar, prá você andar. Então, tem disputa em tudo (Comerciante 6).

Os relatos explicitam que a grande quantidade de pessoas durante o período da festa contribui para a geração de conflitos entre moradores e visitantes, principalmente, no que se refere aos aspectos higiênicos da cidade. Nesse sentido, a quantidade de sujeira acumulada e a falta de estrutura, como banheiros químicos, são apontadas como elementos mais agravantes, sendo mais visível, sobretudo, após o período festivo (fragmentos (042), (043) e (044)). Considerando que a quantidade de visitantes na cidade é significativa na semana de realização da festa, a primeira semana após as festividades corrobora para que a cidade seja comparada a um “chiqueirão”, refletindo a falta de organização e estrutura oferecida, como pode ser visto no fragmento (045).



(042) Ah, falta muita coisa, infraestrutura, falta muita coisa. [...] por exemplo, durante a noite cheira muito mal aqui, as pessoas urinam no chão, falta muita estrutura aqui [...] é muita gente, os banheiros tudo sujo [...] (Comerciante 7).

(043) [...] nós aqui é assim: o pessoal não tem banheiro. Muitas vezes eles usam de noite garrafa, sacolinha, [...] a frente da minha casa é ali, tem o portãozinho, já chegou muitas vezes nós acordar e lá tá cheio de garrafa de urina que eles jogou, cocô, entendeu!? As calçada fedendo urina, então assim, higiene, a rua fica com muito fedor (Morador 1).

(044) É muita bagunça, é muita sujeira na cidade, nossa! [...] Vou te falar uma coisa: um lixo, um lixo, vai umas duas ou três semanas prá cidade ficar harmonizada. [...] Muita bagunça, muita sujeira [...] (Comerciante 4).

(045) [...] tipo assim, dá esse “boom”, dá um milhão de pessoas no domingo, na segunda-feira o queima prá quem trabalhou, fazer alguma coisa. Na segunda cê anda a cidade tá um nojo [...] o esgoto a céu aberto, sabe. A estrutura de banheiro aí prá um milhão de pessoas não tem [...] Aí você imagina o chiqueirão (grifo nosso) que virou isso daí [...] Trindade, a questão de banheiro [...] a cidade fica um nojo, segunda e terça é inevitável, cê sai assim e [...] é terrível [...] uma semana, dez dias [...] aquilo tudo [...] (Comerciante 2).

De maneira complementar, além do território festivo caracterizado pela falta de estrutura, é possível dizer, a partir dos relatos, que a festividade contribui para a emergência de novos territórios, refletindo os estudos de Saquet (2009), ao abordar a relação espaço-tempo. Conforme a festa acontece, a conjuntura da cidade é transformada, principalmente, em relação aos aspectos visíveis de higiene. Nesse sentido, ao ocorrer, a festa origina novos territórios, observados pela sujeira, bagunça e mal odor na cidade após período festivo, contribuindo para que a concepção de “cidade” seja substituída pela terminologia “chiqueirão”.

Por sua vez, a análise do cenário festivo, também possibilita observar aspectos que remetem à territorialidade nas relações de poder estabelecidas entre os próprios grupos de pedintes, sendo identificadas em disputas e conflitos que são fundamentados, em grande parte, pela rivalidade dos espaços de mendicância (apresentados nos fragmentos (046), (047) e (048)), e nas rixas desencadeadas por doações recebidas (conforme mostram os trechos (049), (050), e (051)). A partir do exposto, é possível dizer sobre a existência de territórios de mendicância originados a partir da



realização da festa, relacionando, mais uma vez, os estudos de Saquet (2009) acerca da criação de novos territórios a partir da relação espaço-tempo. Os territórios de mendicância são estabelecidos ao iniciar, e no decorrer da festa em Trindade; porém, são territórios temporários, uma vez que o terminar da festa significa, também, a desconstrução dos territórios de mendicância.

(046) (Os espaços dos pedintes) quem chega primeiro já senta num lugar ali e fica ali [...] (Morador 4).

(047) Ah, porque assim, se um (visitante) passa e não dá moeda prá um, o outro já... sabe? Tem vez que eles brigam por causa de ponto também. Por isso que eu falo a festa dá muito gente pedindo; então, eles começam brigar (Morador 3).

(048) [...] o modo que a gente vê [...] eu pelo menos eu reparo todo ano eles tá no mesmo cantinho, eles (diversos grupos) tá na mesma briga. Aí eu acho que tem aquela briga pelo espaço (Peregrino 4).

(049) Luta, luta (por espaços) porque às vezes na festa mesmo [...] as pessoas que faz promessa de doar marmitex, doar roupa. Aí um quer mais do que o outro, quer pegar mais roupa do que o outro (Comerciante 3).

(050) (Acredita que há uma disputa entre os pedintes) Sim. [...] fica um pedindo pro outro e aquela briga. [...] Eles discutem entre si [...] se dar prá um e não dar prá outro... (Peregrino 2).

(051) Briga de mendigo; no caso, já presenciei já [...] a gente tava passando e viu eles discutindo porque um foi pegar o dinheiro de alguém; alguém foi dar o dinheiro prá alguém e deu pro outro. Alguma coisa assim [...] a polícia chegou e... (Comerciante 6).

De forma geral, ao analisar a conjuntura festiva, é possível entender que a festa em Trindade é configurada pelas mudanças nos espaços da cidade e passa a ter novos sentidos e representações até mesmo pela prática feirante, entendida e defendida como sendo a própria festa. Por sua vez, ao analisar os elementos que se configuram em territorialidade, o espaço da festa corresponde a um ambiente dotado de relações de poder, domínio, controle, autoridade, posse e monopolização, em que as disputas e conflitos territoriais passam a ser evidenciados entre os diversos grupos, como o poder público, comerciantes, moradores, pedintes e peregrinos, sendo refletidas nas ações praticadas entre eles.



Conclusões

Como conclusões, é possível verificar a existência de domínio e disputas territoriais identificadas nas relações estabelecidas entre os diversos grupos presentes no contexto festivo analisado: comerciantes e poder público; comerciantes e Igreja; comerciantes e pedintes; poder público e moradores; Igreja e pedintes; entre os próprios pedintes; e moradores e peregrinos.

No tocante aos resultados acerca do Território do Comércio, foi possível compreender que, ao se aproximar do período festivo, as transformações na cidade são evidentes e as mudanças podem ser vistas de forma prévia no comércio, como a montagem de barraquinhas e feiras, já que a cidade recebe uma quantidade significativa de comerciantes temporários durante os dias festivos. O controle e o domínio territorial parecem ser identificados na atuação do poder público em relação a moradores e comerciantes locais, considerando que os espaços de atuação são delimitados, sendo cobradas taxas e impostos considerados exorbitantes para a liberação de comercialização de produtos, inclusive, nas calçadas das ruas da cidade. Além disso, a fiscalização acirrada é apontada como prática que reflete, em alguns aspectos, a agressividade por parte do poder público, evidenciando características peculiares acerca da existência de domínio e controle sobre o território. A concorrência praticada nos comércios da cidade corresponde a um elemento que torna as relações entre os comerciantes fixos e temporários mais conflitantes e, nesse contexto, as análises evidenciam que a decisão de locação dos pontos de comércios pelos comerciantes locais durante a festa estaria relacionada ao fato de que as calçadas são ocupadas por comerciantes temporários, prejudicando a venda e refletindo, mais uma vez, aspectos relacionados à constituição de territórios.

Quanto aos elementos correspondentes ao Território da Religião, os resultados apresentaram que o espaço da Igreja é apontado, pelos participantes, como um espaço sagrado, ou seja, um território religioso. Por sua vez, a atuação de comerciantes fixos e temporários é controlada fortemente pelo poder público e pela instituição religiosa, sendo os espaços do estacionamento da Igreja são delimitados, permitindo apenas a comercialização de produtos vendidos pelas lojas e barraquinhas da própria instituição. Nesse contexto, as análises evidenciam que há certa dominância territorial do espaço, uma vez que os comércios externos à instituição religiosa são impedidos de vender



qualquer tipo de produto, caracterizando, na percepção dos participantes, uma ação de monopolização do território por parte da Igreja. No tocante à mendicância, os resultados desse estudo indicam que há certa disputa territorial entre pedintes e a Igreja, evidenciada na delimitação dos espaços da basílica, sendo impedida a presença de pedintes, o que reflete em disputas, controle e poder nas relações estabelecidas entre os indivíduos investigados. No contexto da peregrinação, também foi possível verificar a existência de disputas territoriais, as quais emergem a partir da atuação de outras denominações religiosas, evidenciadas na abordagem com a qual os romeiros se deparam durante o trajeto.

Ao abordar os resultados acerca do Território da Sociedade, os relatos revelam a existência de uma discrepância na forma de compreensão da atuação do poder público. Ao passo que os moradores definem as ações como dominantes e controladoras, o poder público defende que algumas ações como o fechamento de ruas, são necessárias para a segurança e o bem-estar de todos. As disputas territoriais são identificadas nos conflitos pelos espaços da festa, configurados na disputa por vagas para estacionar, ou até mesmo na demanda por serviços alimentícios. O grande número de visitantes durante o período festivo também colabora para a geração de conflitos entre turistas e moradores, principalmente no tocante a aspectos higiênicos do município, conduzindo à formação de novos territórios. Além disso, os resultados ainda indicam a existência de disputas por espaços entre os próprios pedintes, evidenciadas nas rivalidades pelos espaços de mendicância.

De forma geral, ao analisar a conjuntura festiva, é possível entender que o espaço da festa se configura em um ambiente dotado de relações de poder, domínio, controle, autoridade, posse e monopolização e, assim, as disputas e conflitos territoriais passam a ser evidenciados entre os diversos grupos, e refletidas nas ações praticadas por estes.

Cabe destacar, por fim, que o estudo apresenta limitações, uma vez que os resultados não podem ser estendidos para o universo de outras festas religiosas. Como possibilidades de estudos futuros, indica-se sobre a possibilidade de participação, na pesquisa, de pedintes e padres do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, o que possibilitaria maior compreensão acerca da amplitude da festa e dos elementos que caracterizam e/ou conduzem à formação e territórios.



Referências

- Agência de Notícias Primeira Hora (25 de julho de 2018). Festas populares movimentam economia do País: Em cada região, turistas são atraídos pela variedade de música, gastronomia, costumes e crenças celebrados em diferentes épocas do ano. Agência de Notícias Primeira Hora. Disponível em: <https://primeirahora.com.br/festas-populares-movimentam-economia-do-pais/>, [01/10/2020].
- Almeida, L. L. S., Enoque, A. G. & Borges, A. F. (2019). Empreendedorismo de Festas Populares: uma análise do modelo de dimensões proposto por Zeny Rosendahl para o estudo de festas religiosas católicas. *Teoria e Prática em Administração*, 9(2), 1-13.
- Baiardi, A. (2008). Competição e cooperação. *Organização & Sociedade*, 15(45), 47-60.
- Baptistella, R. (2010). Festas populares: lugares, territórios, experiências. *Moringa: Artes do Espetáculo*, 1(1), 79-86.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, S. C. B., Nascimento Neto, L. E. (2011). Um olhar geográfico na festa de São Sebastião no Encanto-RN. *Geotemas*, 1(1), 48-58.
- Bonjardim, S. G. M. & Almeida, M. G. (agosto, 2013). *Patrimônio cultural: território e poder da Igreja católica de Sergipe*. Trabalho apresentado em “30 anos de contribuição à geografia”, Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, NPGeo, São Cristóvão. Disponível em: [file:///E:/Bibliotecas/Downloads/1443-Texto%20do%20artigo-3835-1-10-20130821%20\(3\).pdf](file:///E:/Bibliotecas/Downloads/1443-Texto%20do%20artigo-3835-1-10-20130821%20(3).pdf), [12/12/2019].
- Brandão, C. (2008). Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. *Organização & Sociedade*, 15(45), 145-157.
- Calácio, M. (2014). Festa do Divino Pai Eterno: fonte de economia criativa para Goiás. Governo de Goiás. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/94689-festa-do-divino-pai-eterno-fonte-de-economia-criativa.html>, [01/10/2020].



- Canal, M. A. F. C. (2018). Imaginário Amazônico e Territorialidade Festiva: o Divino na Festa do Sairé de Alter do Chão (Pará/PA, Brasil). *Turismo & Sociedade*, 11(2), 192-216.
- Cavenaghi, A. J., Bueno, M. S. & Correa, R. N. (2012). Festa e turismo: por uma relação possível. *Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade*, 4(4), 587-598.
- Chaves, F. N. (2014). As festas populares como produto: mídia, turismo e descaracterização cultural: mídia, turismo e descaracterização cultural. *Tropos: Comunicação, sociedade e cultura*, 1(2), 1-8.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2011). *Métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Corrêa, J. S. & Alves, F. D. (Junho, 2016). Festa de São Benedito: territorialidade e cultura no município de Machado-MG. Trabalho apresentado em IV Jornada Científica da Geografia UNIFAL, Alfenas. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/system/files/anexos/jhonatan275_279.pdf, [17/04/2020].
- Costa, A. M. D. (2011). Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 6(1), 197-212.
- Costa, C. L. (2008). As festas e o processo de modernização do território goiano. *Raega: O Espaço Geográfico em Análise*, (16), 65-71.
- Costa, C. L. (2010). *Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a Festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás*. (Tese de Doutorado, Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo). Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06122010-151424/publico/2010_CarmenLuciaCosta.pdf, [23/04/2020].
- Cruz, M. S. R., Menezes, J. S. & Pinto, O. (dezembro, 2008). *Festas culturais: tradição, comidas e celebrações*. Trabalho apresentado em I Encontro Baiano de Cultura, I EBECULT, Salvador. Disponível em: http://www.uesc.br/icer/artigos/festas_culturais_mercia.pdf, [01/10/2020].
- Espindola, H. S., Ferreira, N. M. & Mifarreg, I. E. G. (2018). Território da mineração: uma contribuição teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, 62(2), 67-93.



- Ferreira, D. S. (2014). Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 9(17), 111-135.
- Ferreira, M. N. (2013). Comunicação, Resistência e Cidadania: as Festas Populares. *Comunicação & Informação*, 9(1), 111-117.
- Flores, M. (março, 2006). *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte*. Territórios con identidad cultural: Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade. In: Anais, Territórios con identidad cultural – RIMISP, Colômbia. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developolvimento.pdf, [10/12/2019].
- Folha Online (02 de abril de 2005). Conheça as principais festas litúrgicas da Igreja Católica. Folha Online Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/papa/0059.shtml>, [23/03/2020].
- Fuini, L. L. & Mello, M. C. O. (2017). Território e região: paradigmas, continuidades e rupturas na constituição dos conceitos na geografia e em seu ensino. *Revista Casa da Geografia de Sobral*, 9(1), 64-86.
- Goulart, S., Vieira, M. M. F., Costa, C. F. & Knopp, G. C. (2010). Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(3), 388-403.
- Jornal Hora Extra (15 de maio de 2020). *Festa do Divino Pai Eterno 2020 será realizada de forma virtual*. Jornal Extra. Disponível em: <https://jornalhoraextra.com.br/cultura/20685-festa-do-divino-pai-eterno-2020-sera-realizada-de-forma-virtual/>, [01/10/2020].
- Juárez-Sánchez, J., Ramírez-Valverde, B. & Mota-Vargas, J. (2017). ¿Las peregrinaciones rurales impulsan el desarrollo local? Análisis en San Miguel del Milagro, Tlaxcala, México. *El Periplo Sustentable*, (33), 428-451. Disponível em: <https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4863>, [22/07/2020].



- Lima, P. A. D., Bahia, M. C. & Costa, L. M. G. (2019). Territorialidade religiosa: uma análise da Igreja profética batista da restauração na região metropolitana de Belém-PA. *Revista de Estudos da Religião*, 19(3), 185-200. doi. 10.23925/1677-1222.2019vol19i3a11.
- Lima Filho, P. M., Cardoso, L. F. C. & Alencar, E. (2018). Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 13(1), 109-128.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica*. São Paulo: Atlas.
- Marques, L. M. & Brandão, C. R. (2015). As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. *Ateliê Geográfico*, 9(3), 7-26.
- Melo, J. A. B. (2010). Ordenamento territorial e sustentabilidade: um diálogo possível?, *Caminhos de Geografia*, 11(33), 220-229.
- Mendonça, M. L. M. (setembro, 2001). *Festas populares hoje: muito além da tradição*. Trabalho apresentado em XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Intercom, Campo Grande. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/144157758201248121276683492434356032986.pdf>, [12/12/2019].
- Oliveira, C. D. S. (2015). *Dinâmicas territoriais e organizacionais na Zona Sul do Rio Grande do Sul: um estudo do processo de gestão social do desenvolvimento territorial*. (Tese de Doutorado, Curso de Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132909/000981193.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, [01/10/2020].
- Palmares Fundação Cultural (2009). Manifestações culturais negras. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089, [11/12/2019].
- Rafael, L. R. M. (2018). *Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG*. (Dissertação de Mestrado, Curso de Geografia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21554>, [20/12/2019].



- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Atica.
- Record TV Goiás (05 de julho de 2017). GA - Compras na festa de Trindade. [YouTube video]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XZd_Ex4T1AI, [20/07/2020].
- Rede Globo Ação (05 de janeiro de 2014). Confira algumas das festas religiosas que acontecem no Brasil: de norte a sul do país, comemorações atraem todo ano milhões de fiéis. Globo Ação. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/01/confira-algumas-das-festas-religiosas-que-acontecem-no-brasil.html>, [21/04/2020].
- Rede TV Entretenimento (09 de julho de 2019). Romaria do Divino Pai Eterno reúne milhões de fiéis em Trindade (GO). [YouTube video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B64Y1MC48Tg&t=29s>, [22/07/2020].
- Revista Raça Brasil (02 de novembro de 2016). Festa com cultura e música afro-brasileiras. *Revista Raça*. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/festa-com-cultura-e-musica-afro-brasileiras/>, [19/04/2020].
- Rocha, J. C. (2008). Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território e paisagem. *Caminhos de Geografia*, 9(27), 128-142.
- Rosas Paz, L. & Propin Frejomil, E. (2017). Turismo religioso en la Basílica del Cristo Negro de Esquipulas, Guatemala. *El Periplo Sustentable*, (33), 394-427. Disponível em: [em https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4862](https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4862), [18/04/2020].
- Rosendahl, Z. & Corrêa, R. L. (1999). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rosendahl, Z. (2012). História, teoria e método em geografia da religião. *Espaço e Cultura*, (31), 24-39.
- Rosendahl, Z. (1996). *Espaço e religião: Uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sack, R. D. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University Press.
- Sanfilippo, L. B. (2018). A festa como possibilidade de disputa de território. *E-mosaicos*, 7(14), 63-74. doi. 10.12957/e-mosaicos.2018.33325.



- Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In Saquet, M. A. & Sposito, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (73-94). São Paulo: Expressão Popular.
- Schneider, S. (2009). Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, 4(7), 24-62.
- Silva, M. A. V. & D'Abadia, M. I. V. (2014). A Geografia e o Sagrado: Festa de Nossa Senhora do Rosário em Goiás. *Ateliê Geográfico*, 8(3), 198-214.
- Soares, L. E. (20 de julho de 2019). Festas afro-brasileiras podem ser reconhecidas como patrimônio de Belo Horizonte. 2019. Hoje em dia. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/festas-afro-brasileiras-podem-ser-reconhecidas-como-patrim%C3%B4nio-de-belo-horizonte-1.729037>, [23/04/2020].
- Souza, M. J. L. (2000). O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Castro, I., Gomes, P. C., Corrêa, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas* (77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sturmer, A. B. & Costa, B. P. (2017). Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, 21(3), 50-60. doi. 10.5902/2236499426693.
- Trigueiro, O. M. (2005). A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. *Biblioteca online de Ciências da Comunicação*. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=59, [18/04/2020].
- TV Brasil Central (2015). Turismo religioso em Trindade (GO) cresce a cada ano. [YouTube video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKdlG299dxQ>, [22/07/2020].
- TV PUC Goiás (03 de julho de 2019). Economia de Trindade fica movimentada com a Festa do Divino Pai Eterno! [YouTube video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=splKd78S-dRQ>, [22/07/2020].